

Acordos salariais adiados

Os negociadores esperam definição do governo

por Ana Florence
de São Paulo

Toda vez que o governo muda sua política salarial, os acordos coletivos são temporariamente adiados. Os negociadores dos sindicatos patronais filiados à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) estão, agora, esperando definições quanto à possibilidade de conceder antecipações salariais e também sobre a indicação de mediadores. Mas, mesmo antes da medida provisória da desindexação, os acordos firmados incluíam cláusulas que garantem a negociação periódica e permanente com o empregado.

“Estou recomendando que seja incluída no acordo a volta à mesa de negociação a cada sessenta ou noventa dias”, afirmou o presidente da Garcez Consultores & Associados, Edmir de Freitas Garcez. A empresa negocia pelo lado patronal cerca de 45 acordos coletivos por ano. Segundo Garcez, as seis últimas convenções coletivas entre empresas privadas e seus trabalhadores incluíram a obrigatoriedade de negociação periódica. “São indústrias do setor químico, metalúrgico, de fertilizantes e de autopeças, em que as partes concordaram em negociar sempre. E se houver inflação acumulada no período, com certeza será concedida antecipação”, afirmou Garcez.

Mesmo dentro da Fiesp, alguns acordos coletivos já incluem a negociação periódica. A Federação dos Metalúrgicos da Central Única dos Trabalhadores (CUT), ao fechar o acordo coletivo da categoria em abril, incluiu a obrigatoriedade da volta das negociações agora em julho. Deve ser negociado, ainda neste mês, o resíduo inflacionário de abril a julho para os 350 mil metalúrgicos representados pela entidade.

Já a Federação dos Trabalhadores no Vestuário da capital e do interior paulista — que reúne dezessete sindicatos e cerca de 70 mil trabalhadores — conseguiu negociar, na recente renovação do acordo coletivo, uma cláusula que garante a volta à mesa de negociação toda vez que for entregue ao empregado uma pauta conjunta de reivindicações entre os dezessete sindicatos. Independente da política sa-

larial do governo, os empregados do setor pretendem aproveitar os períodos de grande consumo para reivindicar antecipações salariais.

“Por enquanto, estamos dependendo de definições na política salarial do governo. Se for permitida a prática de antecipações e o mercado exigir, podemos negociar”, afirmou o negociador dos grupos 19 e 10 da Fiesp (que incluem indústrias de aparelhos hospitalares, lâmpadas), Giorgio Longano.

Para o diretor titular do departamento de relações trabalhistas da Fiesp, Roberto Ferraiolo, há uma tendência de negociação permanente e deve-se respeitar a autonomia de cada sindicato na concessão de antecipações salariais. Por enquanto, a entidade está na expectativa da regulamentação da medida provisória.